

■ Mensagem aos senadores na audiência pública conjunta das Comissões de Direitos Humanos, Educação e Assuntos Sociais sobre “Igualdade Racial e Cotas”, realizada em 03/08/2006

.....**Alexandre do Nascimento**

Sras. e Srs. Parlamentares, o debate sobre as cotas ganhou a sociedade e esta Casa tem a responsabilidade de tomar uma decisão, que talvez seja uma das mais importantes desde a Constituição de 1988. Apesar da importância do debate público sobre o tema, as Audiências Públicas não conseguem traduzir a dimensão do debate na sociedade e oferecem poucos elementos para que V.Ex^{as}. tomem uma decisão. Este debate é um debate político, um debate de opinião, onde até os chamados especialistas argumentam a partir do seu lugar de classe, de raça ou dos interesses que os mobilizam. V.Ex^a. estão frente a uma decisão política, em que o importante é a escuta do que vem da sociedade e dos movimentos sociais, em especial dos jovens que estudam nas escolas públicas e dos cursos pré-vestibulares populares em todo o País.

Como membro do Movimento Pré-Vestibular para Negros e Carentes e integrante do grupo que organizou o manifesto em favor da Lei de Cotas nas universidades e do Estatuto da Igualdade Racial, afirmo que as políticas de cotas são fundamentais não apenas para a população negra, mas para o Brasil. Pois, em face do racismo que estrutura nossas instituições, as cotas representam a igualdade contra o privilégio, a multiplicidade contra a uniformidade e a participação contra a partilha. E afirmo isso a partir do crescimento da opinião pública favorável às cotas.

Em 2000, o Centro de Articulação de Populações Marginalizadas encomendou uma pesquisa, feita pelo instituto DATA-UFF, que apontou que 51% da população era favorável às cotas. Em 2003, pesquisa da Fundação Perseu Abramo apontou que 59% era favorável. E neste mês de julho, pesquisa do instituto Datafolha, encomendada pela Rede Globo e pela Folha de São Paulo, apontou que 65% é favorável.

Além disso, o manifesto em favor das cotas, entregue aos Presidentes da Câmara e do Senado, no dia 4 de julho de 2006, com 582 assinaturas, hoje tem

2350 assinaturas, que são mais que assinaturas individuais, são assinaturas representativas de vários setores. Professores de 72 universidades públicas e privadas deste País, sendo 44 Professores da UFRJ, Universidade em que os Professores Yvonne Maggi e Peter Fry são membros, nomes representativos da mídia, do cinema, da música, do teatro e do campo empresarial, do movimento negro, sindical, estudantil, dos grupos pré-vestibulares para negros e carentes. Este manifesto é muito mais que uma resposta aos novos apologetas da democracia racial. É expressão de um desejo social que o Congresso Nacional não pode ficar alheio. E para aqueles que insistem em se pautar na opinião dos especialistas, é bom que se saibam que a maioria das pessoas que assinam o manifesto em favor das cotas são pesquisadores, ativistas e, portanto, especialistas sobre a questão racial no Brasil. No manifesto em favor das cotas do Estatuto da Igualdade Racial há muito mais especialistas que qualquer outro manifesto já escrito sobre esse tema até hoje na história do Brasil. Por isso esse manifesto apresenta argumentos e propostas baseados em dados e análises. E não apenas uma defesa da hipócrita declaração formal de que somos todos iguais. A UERJ, neste ano, formará os primeiros alunos cotistas e isso acontecerá sem que tenham ocorrido os conflitos raciais previstos pelos beneficiários do racismo acadêmico. Esses conflitos já existem, e as cotas são medidas que ajudarão a superá-los.

Martin Luther King sonhava com uma sociedade em que as pessoas não sejam julgadas pela cor de sua pele, mas, para isso, achava que os negros deveriam ter direitos a tratamentos específicos. As pessoas que, desonestamente, usam Martin Luther King contra as cotas deturpam seu sonho e seu legado. A sociedade concorda com as cotas e aos Parlamentares cabe, muito mais que uma decisão com base e convicção individuais, a tradução desse desejo coletivo em políticas concretas. A democracia é um processo de construção permanente de condições objetivas de igualdade. E por isso o Brasil precisa da aprovação do Estatuto da Igualdade Racial e das cotas nas universidades.